



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Percorrendo práticas, políticas e discursos no campo da assistência em saúde para pensar a noção de juventude e a categoria adolescente na contemporaneidade.

Autoria: Mirella Alves de Brito (IBP)

Desde a pesquisa (2018) realizada nos arquivos do Hospital Colônia Santana em conjunto com a prof^a Sônia Maluf e colegas da graduação e pós graduação vinculadas ao TRANSES, a questão da internação de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos e/ou leitos psiquiátricos em hospitais gerais, cujo diagnósticos se apoiam em uma grade sintomatológica sugerida pelos DSMs como transtornos do neurodesenvolvimento ou de personalidade, vem orientando meu olhar para os estudos que cruzam modos de vida de jovens na contemporaneidade (Melucci, 1997; Abramo, 1997; Heilborn et.al, 2002; Regina Novaes e Paulo Vannuchi, 2004; Savietto, 2007; Millions et.al, 2020; e outros) e política para a juventude (Soares, 2005; Lira, 2011; Silva e Jardim, 2019; Nardelli, Dornelles e Leal, 2018; e outros). O interesse aqui é o de apresentar alguns elementos de pesquisas realizadas nos últimos cinco anos junto à programas de assistência, equipamentos de saúde e arquivos que contribuam para pensarmos a relação entre as políticas de saúde, as noções hegemônicas sobre juventude e a experiências de jovens na contemporaneidade, os quais nos ajudem a dialogar com autores como Michel Foucault; Sonia Maluf; Stuart Hall, Domenico Hur, Giorgio Agamben, Peter Pál Pelbart, Didie Fassin, e outros, no sentido de compreendermos modos de construção dos sujeitos na contemporaneidade. O work reúne material de múltiplos campos e momentos distintos (1997 ? 2020), com comparações na atenção à saúde mental para crianças e jovens nos períodos pré e pós reforma psiquiátrica. As questões preliminares tencionam: 1. a noção de sujeito que se inaugurou em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente e que prioriza a formulação de políticas públicas destinadas às pessoas de zero a



dezoito anos; 2. políticas de saúde mental a partir da reforma psiquiátrica no Brasil e as contínuas reformulações nas diretrizes para uma política de saúde mental infato-juvenil; 3. o dado que a partir de 2018 consolidam-se as campanhas de prevenção ao suicídio de jovens e de que as estatísticas demonstram que o Brasil é o país que mais mata jovens de periferia em combate com a polícia e/ou narcotráfico. Esses elementos apontam um ?esvaziamento? das vidas de jovens, sugerindo o aniquilamento desses sujeitos, transformando-os em outros. Duas questões centrais: estaríamos próximas de acabar com a categoria e a experiência de adolescentes? Como os equipamentos de saúde e assistência servem como possibilidade de agência e aniquilamento do sujeito simultaneamente? Considerando as mortes; a tentativa contínua de reduzir a idade penal, a medicalização massiva de jovens com queixas de desânimo, desesperança e inabilidade social, e a hospitalização compulsória de dependentes químicos, quem são os adolescentes desse tempo?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: